

Será que esse povo de idade e classe média bem-pensante vai se dar conta, em tempo, do cenário que ajudou a desenhar, com a virada doutrinária que empreendeu nos anos 90? Isso mesmo, essa tribo, formadora de opinião nas cadeiras universitárias ou nos meios de comunicação social. De passado comprometido com a luta solidária pela democracia e a justiça social. Que até participou de luta armada no combate pela utopia. Mas que hoje acha a idéia de ser esquerda na política um verdadeiro anacronismo, e se vê envolvida pelos encantos egoísta e performático do consumismo do “mercado”.

Vai se dar conta, em tempo, por exemplo, que a dívida pública interna brasileira cresceu, durante os dois anos de aliança FHC-ACM-PSDB-PFL, que ela ajudou a levar ao poder, mais do que a dívida externa, que ela tão justamente estigmatizou, nos dez anos finais do regime autoritário?

Isso mesmo. Em 24 meses de Plano Real, a dívida interna saltou de R\$ 62 bilhões para R\$ 154 bilhões, segundo os critérios do próprio Banco Central — produto dos títulos emitidos na esteira da visão fetichista da estabilidade monetária conseguida através de uma absurda política de juros e câmbio. Mas produto, principalmente, dos R\$ 48 bilhões jogados na ajuda ao “desprotegido” sistema financeiro, por conta dessa inexplicável opção tucana pelos banqueiros. Mais que o dobro do que o governo americano empenhou no México para salvá-lo das consequências do tão decantado modelo

Salinas, introdutor do formulário neoliberal nas economias latino-americanas. Quase cinco vezes o que o FMI despejou na Rússia para salvar Ieltsin do fracasso que as pesquisas lhe anunciavam na sucessão presidencial.

Na esteira desses números, a recessão, a inadimplência crescente de pequenas e médias empresas, o arrocho salarial, o desemprego e, o que é mais grave, um ceticismo crescente, ou até desprezo, em relação aos valores de uma ética humanista e democrática. Ou seja, a negação dos motes da luta contra a ditadura, ou dos cinco dedos de promessas de campanha presidencial de FHC, sem nenhum muxoxo de protesto da intelectualidade atucanada.

É neste cenário que o governo festeja a aprovação de mais uma vitória, com os aplausos do grande capital.

Diante do quadro calamitoso para onde caminha nossa política de comércio exterior, não propõe a modificação da política cambial que supervaloriza o real. Prefere estabelecer mais um caminho de sonegação legal de tributos. Aprova, a toque de caixa, a isenção fiscal de ICMS para a exportação. E transmite para o conjunto da nação — através da supressão de receitas de estados e municípios — os resultados de mais uma operação de transferência e concentração de riquezas, do público para o privado. Nada a estranhar: o autor de mais essa renúncia fiscal, o ministro Kandir, é o mesmo que, na Câmara, como relator do projeto que redefiniu a abrangência do Imposto de Renda, havia mantido os limites de taxas de cobrança entre 10% e 25%, vetando a progressividade proposta pelas emendas

do PT — que permitiam, numa ponta, um alívio para os de baixo, com apenas 5%. E, na outra, a compensação da receita através da instituição da cobrança de 35% para os mais abonados.

Em síntese: nega-se a progressividade democratizante, por cortesia e subalternidade diante do grande capital, e complementa-se a tarefa com mais uma renúncia fiscal, e a conseqüente quebra de recursos para as áreas de obrigação do Estado.

É claro que a responsabilidade não é exclusiva do Executivo. Seus representantes no Parlamento — PFL e PSDB à frente — aceitaram, também nessa decisão, o novo tipo de autoritarismo fuji-moriano que o governo FHC-ACM vem aplicando com frequência nas relações com o Congresso: o requerimento de “urgência urgentíssima”, instrumento que retira o tema complexo do debate da comissão especializada, e o joga diretamente no plenário, para que a maioria desinformada vote de acordo com a ordem do líder. Sem saber em quê.

É diante disso que o segmento social provocado no início dessas conjecturas, amargurado como nunca antes com a falta de perspectiva profissional para o filho em desencantada idade universitária, tem que assumir responsabilidades. É dele a iniciativa da escolha dos agentes elaboradores desse cenário.

Ou sai do seu silêncio e se manifesta urgentemente, ou se cala para sempre, sem direito a jogar a política na vala comum de suas omissões...